

LÍNGUA PORTUGUESA

É o emprego, “cara”...

Delfim Netto

De todos os desperdícios de recursos naturais de uma sociedade, nenhum é mais injusto, mais prejudicial à integração social e à autoestima do cidadão do que negar-lhe a oportunidade de viver honestamente e sustentar a família com o resultado do seu trabalho. É por isso que a construção de uma sociedade mais “justa” começa pela maximização do nível de emprego.

Não se imagina que em uma organização econômica como a que vivemos todos terão emprego a um só tempo, mesmo nos períodos mais dinâmicos de crescimento. Sempre haverá fases de acomodação do nível da atividade podendo gerar uma taxa de desemprego friccional que a sociedade “justa” tem de socorrer com as políticas sociais do Estado.

Há quatro anos a sociedade americana viu-se envolvida em uma séria crise bancária que em poucas semanas eliminou milhares de empregos no setor financeiro, antecipando a tragédia que em alguns meses suprimiu perto de 15 milhões de postos de trabalho nos demais setores da economia. Países da Comunidade Européia sofrem hoje de forma dramática o agravamento de uma crise de origens similares, sob ameaça de desmoronamento dos pilares de sua principal construção, o sistema do euro. No mundo inteiro, algo como 30 milhões de trabalhadores não recuperaram os empregos incinerados desde a crise de 2008/2009.

As consequências de ordem política e institucional estão revelando-se na medida em que os cidadãos ocupam as ruas das metrópoles do Ocidente, cobrando respostas das lideranças globais, aparentemente perplexas e atordoadas. É surpreendente, mas reveladora deste estado de coisas, a explicação e o mea culpa atribuídos ao ministro da Economia da Grécia, Michalis Chryssohoidis: “nossa situação é desesperadora, porque reduzimos de forma bastante drástica a renda das pessoas”.

Dos Estados Unidos, os europeus estavam acostumados a receber conselhos (quando não a mão amiga) para contornar as crises. O que assistiram, porém, no início da última semana na tevê foi a imagem de um presidente americano cabisbaixo, desanimado, admitir em plena campanha que se tornou o “azarão” das próximas eleições. Importante, mesmo, foi Obama admitir francamente que seus baixos índices de popularidade são consequência do estado da economia neste final de mandato: “os eleitores não estão melhores hoje que há quatro anos. Conseguimos um progresso contínuo para estabilizar a economia, mas a taxa de desemprego ainda é muito alta”.

Um esforço para estabilizar que causou mais de 1 trilhão de dólares despejados nos cofres dos bancos para salvá-los da quebra, na crença de que o sistema financeiro retribuiria irrigando com créditos o setor produtivo. A esperança era de que o dinheiro do contribuinte seria usado para financiar a retomada dos

investimentos na indústria e da atividade comercial, voltando a estimular o consumo e com isso a recuperação do nível de emprego.

Nada do que se esperava aconteceu, como se sabe. Em contraste, formou-se aquele circuito tenebroso: sem a expectativa de melhora da demanda interna em razão da manutenção de altos níveis de desemprego, as empresas simplesmente adiaram investimentos na produção e não fizeram novas contratações de mão de obra, um circuito que se autoalimenta e habitualmente conduz à recessão econômica. O Brasil, é sempre bom lembrar, escolheu logo no início da crise outro caminho, até certo ponto surpreendente, mas que se revelou extremamente virtuoso: sem perder muito tempo com a sofisticação de modelos, o presidente dirigiu-se diretamente ao consumidor brasileiro e, na linguagem que cada um de seus milhões de eleitores compreendeu rapidamente, exortou-os a continuar consumindo: “se você deixar de ir ao mercado ou às lojas, se parar de comprar com medo de perder o emprego, aí então é que vai ficar sem emprego, porque a empresa vai deixar de produzir se não tiver para quem vender”.

Todos sabem que funcionou e o comportamento da economia brasileira para vencer a crise de 2008/2009 mantendo os níveis de emprego, a renda salarial e o consumo interno em crescimento, é reconhecido mundialmente como extraordinariamente bem-sucedido. Hoje o nosso ex-presidente continua sendo admirado como “o cara”, que intuiu que a saída da crise estava na manutenção dos empregos e da renda dos salários, mais do que a salvação da banca.

Curiosamente é Obama, o criador do honroso apelido, quem hoje faz também uma espécie de mea culpa por demorar quatro anos para entender a mensagem de seu então “colega”, o trabalhador Luiz Inácio Lula da Silva.

(Revista - Carta Capital n° 667- 8 de outubro de 2011)

1. Considerando o sentido geral do texto, o adjetivo que substitui de forma **adequada** os pontos de reticências do título é:

- A. Esperto
- B. Prepotente.
- C. Competente
- D. Estratégico
- E. Visionário

2. O item do texto em que o autor **não** inclui termo que indique sua opinião sobre o conteúdo veiculado pelo texto é:

- A. “Não se imagina que em uma organização econômica como a que vivemos todos terão emprego ao mesmo tempo.”
- B. “É surpreendente, mas reveladora deste estado de coisas, a explicação e o mea culpa atribuídos ao ministro da Economia da Grécia”
- C. “Há quatro anos a sociedade americana viu-se envolvida em uma séria crise bancária que em poucas semanas eliminou milhares de empregos no setor financeiro”.
- D. As lideranças globais estão, aparentemente, perplexas e atordoadas.

- E. “Importante, mesmo, foi Obama admitir francamente que seus baixos índices de popularidade são consequência do estado da economia neste final de mandato”.
3. Segundo o autor do texto, “de todos os desperdícios de recursos naturais de uma sociedade (...) nenhum é mais injusto que:
- A. Negar ao cidadão a oportunidade de honestamente viver e sustentar a família com o fruto do seu trabalho.
 - B. Não haver emprego para todos ao mesmo tempo.
 - C. Socorrer as pessoas desempregadas com as políticas sociais do Estado.
 - D. A queda da popularidade de Obama.
 - E. Países da Comunidade Européia sofrerem com o agravamento da crise.
4. Segundo o texto a finalidade do trabalho é:
- A. Evitar a falta de empregos.
 - B. Negar a autoestima do cidadão.
 - C. Garantir a felicidade
 - D. Acabar com a malandragem.
 - E. Prover o ser humano de recursos à sobrevivência.
5. No texto, encontramos os vocábulos **crença** e **construção** corretamente grafados com “ç”; o item abaixo em que um dos vocábulos está erradamente grafado com essa letra é:
- A. presunção – prevenção – ascensão.
 - B. aspiração – adereço – caçarola.
 - C. admiração – terçol – distorção.
 - D. maçante – noviço – procuração.
 - E. dança – alçapão – caniço.
6. Na frase: “nossa situação é desesperadora, porque reduzimos de forma bastante **drástica** a renda das pessoas”, assinale a expressão que não equivale semanticamente a palavra sublinhada:
- A. Enérgica.
 - B. Repentina.
 - C. Suave.
 - D. Atroz.
 - E. Desumana.
7. Assinale o item no qual os significados do adjetivo, em “circuito tenebroso,” estão corretos.
- A. Escondido/interno.
 - B. Puro/cândido.
 - C. Indevido/próprio.
 - D. Horrível /medonho
 - E. Exteriorizado/externo.

8. “Curta ou longa” é um exemplo de antítese, em que se opõem dois vocábulos de significação oposta: o item abaixo em que os dois vocábulos indicados possuem oposição semântica é:

- A. Cessar/ interromper.
- B. Encerrar/ iniciar.
- C. Assolar/arrasar
- D. Realizar/ concretizar.
- E. Massacrar/ chacinar.

9. Quanto à concordância do verbo com o sujeito, as frases: “ Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil” e “ Mais de um jovem, mais de idoso foram mortos nesta batalha.”

- A. A primeira está certa, e a segunda errada.
- B. Ambas estão certas.
- C. Ambas estão erradas.
- D. A primeira está errada, e a segunda certa.
- E. Nenhuma das alternativas.

10. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da frase a seguir:

“Saíram daqui ... pouco, mas retornarão daqui ... pouco, pois residem apenas ... três quilômetros”.

- A. há – a – a.
- B. há – há – a.
- C. a – a- a.
- D. a – há – a.
- E. à – à – à.

LÓGICA (MATEMÁTICA)

11. O Jornal NOTISUL de 25/10/2011 publicou a seguinte matéria: “O preço do litro do etanol está longe do R\$ 1,60 do cobrado no começo do ano passado. Hoje, está na casa dos R\$ 2,37. Menos mal que não são previstos aumentos até o próximo dia 15. Desde outubro do ano passado, ocorreu um reajuste de 40% no valor deste combustível”.

Podemos dizer que esta notícia tem um erro matemático, neste sentido é correto afirmar que:

- A. O percentual de aumento entre 45% a 50%
- B. O percentual de aumento menor 40%
- C. O percentual de aumento foi de 50%
- D. O percentual de aumento foi de 45%
- E. O percentual de aumento entre 40% a 45%

12. O Sr. Antônio receberá visitas neste fim de semana, sua esposa lhe pediu para comprar 10 litros de refrigerante. Porém, ao chegar ao mercado, se deparou com algumas promoções de refrigerantes com garrafas de diferentes volumes, os dados foram colocados na tabela abaixo:

Volume	600mL	1,5L	1,75L	2L	3,3L
Valor	R\$ 1,67	R\$ 1,89	R\$ 1,98	R\$ 2,49	R\$ 2,98

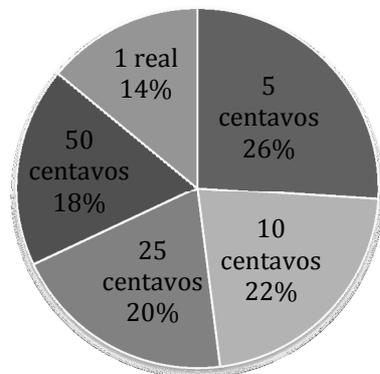
Sabendo que Antônio não deve levar para casa menos de 10 litros e mais do que 11 litros de refrigerante, qual é a opção mais barata:

- A. 5 garrafas de 2L
- B. 3 garrafas de 3,3L
- C. 17 garrafas de 600mL
- D. 7 garrafas de 1,5L
- E. 6 garrafas de 1,75L

13. As televisões de tela plana têm seus tamanhos apresentados em polegadas. Quando dizemos que uma TV é de 42” significa que sua diagonal tem 42 polegadas de comprimento. Sabendo que as TVs obedecem a uma proporção, se a tela de uma TV de 42” tem 53 cm de altura, qual é a altura aproximada de uma TV de 63” em centímetros?

- A. 63
- B. 74
- C. 93
- D. 86
- E. 80

14. Pedro guardou suas moedas o ano todo em um cofrinho. No fim de outubro ele abriu o cofre e contou suas economias, organizando-as por valor. No total havia 200 moedas no cofre, conforme o gráfico:



Qual foi a economia de Pedro?

- A. R\$ 62,00
- B. R\$ 63,00
- C. R\$ 59,00
- D. R\$ 60,00
- E. R\$ 61,00

15. Uma pastelaria precisa saber quantos pastéis pode fazer com 38 metros de massa e 1Kg de recheio. Qual das alternativas abaixo tem a resposta correta, sabendo que para fazer 20 pastéis são necessários 12 metros de massa e 600 gramas de recheio.

- A. 120 pastéis
- B. 98 pastéis
- C. 110 pastéis
- D. 105 pastéis
- E. 95 pastéis

16. A receita de uma sobremesa leva 1 litro de leite, sendo que um quinto deste volume é utilizado no chantilly. Qual é o volume utilizado para o chantilly desta sobremesa?

- A. 250 mL
- B. 0,2 L
- C. 0,5 L
- D. 300 mL
- E. 0,4 L

17. O número de usuários da rede social Facebook de agosto de 2010 a agosto de 2011 cresceu de 598 milhões para 753 milhões de pessoas. Estima-se que em agosto de 2012, teremos o dobro de usuários de 2010. Diante deste fato, qual é o aumento esperado entre 2011 e 2012?

- A. 155 milhões de usuários

- B. 753 milhões de usuários
- C. 443 milhões de usuários
- D. 598 milhões de usuários
- E. 310 milhões de usuários

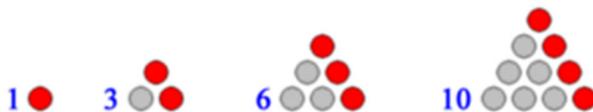
18. Um tapete artesanal é produzido com retalhos de tecido, que são comprados de malharias da região. Para confeccionar um tapete de 1 m por 65 cm, 1,5 kg de malha. Sabendo que a malharia vende o Kg da malha por R\$ 6,00 e o tapete é vendido por R\$ 42,00 o metro quadrado, qual é o lucro do artesão?

- A. R\$ 27,30
- B. R\$ 33,00
- C. R\$ 18,30
- D. R\$ 36,00
- E. R\$ 21,30

19. Analisando a sua árvore genealógica até a segunda geração, Samuel tem 120 parentes, dentre eles $\frac{3}{4}$ são homens e o restante são mulheres. Qual é o número de familiares do sexo feminino na árvore de Samuel?

- A. 90
- B. 25
- C. 45
- D. 30
- E. 64

20. Um número poligonal é um número que pode ser representado por pontos formando um polígono regular. Na figura abaixo, vemos os números triangulares, definidos pela contagem dos pontos de cada figura. Assim, a primeira figura tem apenas 1 ponto, a segunda tem 3 pontos, a terceira 6, e assim segue. Qual é o quinto número triangular?



- A. 15
- B. 12
- C. 13
- D. 14
- E. 16

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

21. Para que uma pessoa aprovada em concurso público possa assumir seu cargo, precisa preencher alguns requisitos. Assinale a sentença que apresenta os requisitos necessários para a investidura de cargo público, conforme a Lei Complementar nº136 Título II, Cap. I, Seção I:

- A. Ser brasileiro, ter sido aprovado em concurso público, gozar plenamente os direitos políticos, ter idade mínima de dezoito anos, ter nível de escolaridade para o exercício do cargo, estar em dia com as obrigações militares e eleitorais, ter aptidão física e mental;
- B. Ter nacionalidade brasileira, estar em dia com as obrigações militares e eleitorais, ter aptidão física e mental, ter idade mínima de dezesseis anos, gozar plenamente os direitos políticos, ter nível de escolaridade de Ensino Médio, pelo menos;
- C. Ter idade mínima de dezoito anos, ter qualquer nacionalidade desde que tenha sido aprovado em concurso público, ter aptidão física e mental, estar em dia com as obrigações militares e eleitorais, e gozar plenamente os direitos políticos;
- D. Ter sido aprovado em concurso público, gozar plenamente os direitos políticos, ter nível de escolaridade para o exercício do cargo, ser brasileiro e ter idade mínima de dezoito anos para homens e vinte e um para mulheres, estar em dia com as obrigações militares e eleitorais, ter aptidão física e mental;
- E. Ser brasileiro e ter sido aprovado em concurso público independente do nível de escolaridade exigido para o cargo; ter idade mínima de dezoito anos, estar em dia com as obrigações militares e eleitorais, ter aptidão física e mental, nunca ter sido citado em processo judicial.

22. Entre as formas de provimento de cargos públicos, conforme a Lei, estão: Readaptação; Reversão; Reintegração; Nomeação e Aproveitamento. Identifique a sentença que corresponde à Reintegração:

- A. Ocorre quando o servidor em disponibilidade retorna à atividade para cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado;
- B. Ocorre quando o servidor aposentado por invalidez retorna à atividade, mediante declaração, emitida por junta médica oficial, de insubsistência dos motivos para a aposentadoria;
- C. Ocorre com o servidor demitido que será reinvestido do cargo anteriormente ocupado, por decisão administrativa ou judicial que considerou a demissão invalidada;
- D. Ocorre em caráter permanente, quando decorre de concurso público, ou em comissão, para cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
- E. Ocorre respeitando-se a compatibilização entre as atribuições e responsabilidades do cargo a assumir e a limitação da capacidade física ou mental sofrida pelo servidor, e verificada em inspeção médica.

23. Assinale as sentenças que apresentam as razões corretas para a vacância de cargo público:

- I. Readaptação, aposentadoria;
- II. Substituição, falecimento, aposentadoria, exoneração;
- III. Aposentadoria, reintegração, nomeação;
- IV. Exoneração, falecimento, demissão;
- V. Falecimento, exoneração, readaptação, nomeação;

Assinale a sequência das sentenças corretas

- A. I, III, V
- B. I, V
- C. II, III, IV
- D. I, IV
- E. Somente a II está correta

24. A licença é um direito do servidor público do Município de Laguna, previsto no Regime Geral de Previdência Social e concedido em algumas circunstâncias específicas. Identifique as alternativas que apresentam as circunstâncias em que o servidor público tem direito de solicitar licença do serviço:

- I. Doença em pessoa da família.
- II. Serviço militar.
- III. Admissão em atividade profissional remunerada.
- IV. Mandato classista.
- V. Viagem de turismo.

Assinale a sequência das alternativas corretas

- A. I, II, IV.
- B. I, III, V.
- C. II, III, IV.
- D. I, III.
- E. Todas as alternativas estão corretas.

25. Conforme o Art. 55, da Lei Complementar nº136, *“Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, fará jus a 03 (três) meses de licença como prêmio, com a remuneração integral, de acordo com a carga horária.”*

Conforme a referida Lei, não será concedida a licença prêmio ao servidor que durante o período aquisitivo tenha:

- I. Faltado a reunião convocada por superior hierárquico.
- II. Sido condenado a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- III. Recebido vantagem pecuniária na forma de gratificação.
- IV. Faltado injustificadamente ao serviço por mais de trinta dias.
- V. Sofrido penalidade disciplinar por infração grave.

Assinale a sequência das alternativas corretas:

- A. I e III.
- B. I, II, III e IV.
- C. III e IV.
- D. II, III e V.
- E. II, IV e V.

26. Considerando a Lei Complementar nº136 no que se refere ao regime de férias, é correto afirmar que:

- A. Os servidores admitidos no serviço público há menos de doze meses gozarão de férias coletivas de forma proporcional, que poderão ser interrompidas a qualquer momento para cumprimento de carga horária referente a faltas registradas em livro ponto;
- B. A cada doze meses de exercício o servidor fará jus a trinta dias de férias remuneradas com valor equivalente àquele percebido no mês imediatamente ao da sua concessão acrescido do adicional de um terço, sendo o pagamento efetuado na folha do mês em que o iniciar seu gozo;
- C. A cada doze meses de exercício o servidor fará jus a trinta dias de férias remuneradas com valor equivalente àquele percebido no mês da sua concessão, acrescido do adicional de um terço e descontadas as faltas ao serviço. O referido valor deverá ser efetuado na folha do mês subsequente ao seu gozo;
- D. A cada ano trabalhado o servidor terá direito a trinta dias de férias remuneradas com valor equivalente àquele percebido no mês da sua concessão, sendo que o pagamento será efetuado na folha do mês em que o iniciar seu gozo ou nos trinta dias subsequentes.
- E. Em hipótese alguma será permitido interromper as férias do servidor público, nem por ele mesmo e nem pela administração pública, ficando ambos condenados a pagamento de indenização.

27. Identifique entre as sentenças abaixo, aquela que aponta corretamente deveres do servidor público do Município de Laguna:

- A. Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público, não podendo ser responsabilizado administrativamente por ato omissivo ou comissivo que resulte em prejuízo ao erário.
- B. Ser leal à instituição a que servir, guardando sigilo sobre assuntos da administração Pública e omitindo-se em relação à ilegalidade e ao abuso de poder praticado por superiores.
- C. Observar as normas legais e regulamentares, cumprindo as ordens superiores, exceto quando forem manifestamente ilegais ou representarem exercício irregular de atribuições.

- D. Cumprir as atribuições do cargo que ocupa, ficando com isso isento de qualquer infração disciplinar de que venha a ser acusado em virtude de atentado contra os princípios da administração pública.
- E. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa gerindo o patrimônio público conforme as regras do bom senso e as necessidades identificadas pelo servidor no exercício particular das suas atividades.

28. Identifique entre as sentenças abaixo, aquela que se refere corretamente ao vencimento e remuneração do servidor público do Município de Laguna:

- A. Incluídas as vantagens de qualquer natureza, a remuneração e o subsídio em cargos públicos da administração direta, autárquica e fundacional não poderão exceder o limite fixado na Lei Orgânica.
- B. Conforme a data de processamento da folha de pagamento, seus vencimentos poderão ter importância inferior ao menor vencimento do Município ou superior ao fixado na Lei Orgânica.
- C. Quando o servidor faltar sem justificativa ao serviço, não for pontual ou negar-se a cumprir horas de trabalho extraordinário, terá descontos sobre sua remuneração ou provento, e perderá o direito a defesa.
- D. Nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento do servidor público, exceto em situações em que tenha se afastado do exercício de suas funções por mais de quinze dias para gozar licença prêmio.
- E. Além do vencimento poderão ser atribuídos adicionais e gratificações que em hipótese alguma serão incorporadas ao vencimento, sendo vedada, também, a concessão de mais de uma vantagem pecuniária baseada no mesmo fato gerador.

29. Toda ação ou omissão que atente contra os princípios da administração pública é considerada infração disciplinar a ser punida com a aplicação de penalidades previstas em lei. Assinale qual das alternativas abaixo não se caracteriza como uma infração disciplinar:

- A. Dilapidar o patrimônio e lesar os cofres públicos.
- B. Não atender convocação do superior hierárquico.

- C. Apresentar-se ao local de trabalho de forma inapropriada.
- D. Desrespeitar verbalmente pessoas de seu relacionamento profissional.
- E. Exceder o horário para executar trabalho extraordinário.

30. Configura abandono de cargo a ausência intencional ao serviço, por mais de:

- A. 15 (quinze) dias consecutivos.
- B. 60 (sessenta) dias consecutivos.
- C. 90 (noventa) dias interruptos.
- D. 30 (trinta) dias interruptos.
- E. 30 (trinta) dias consecutivos.

QUESTÕES ESPECÍFICAS DE FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

31. A lei tributária poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo, sendo que o conteúdo e o alcance dos atos regulamentares restringem-se aos das leis em função das quais tenham sido expedidos. Integram, complementarmente, a legislação tributária:

I. Circulares, instruções, portarias, ordens de serviço e demais atos normativos expedidos pelo órgão fazendário, quando compatíveis com a legislação tributária.

II. Decisões proferidas pelos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.

III. Práticas, métodos, processos, usos e costumes reiterados por parte das autoridades administrativas municipais, desde que não contrários à legislação tributária ou a jurisprudência.

IV. Convênios celebrados pelo Município com a União, Estado e com outros Municípios.

Estão corretas as alternativas:

- A. A alternativa I, II e III estão corretas.
- B. A alternativa II, III e IV estão corretas.
- C. Todas as alternativas estão corretas.
- D. A alternativa I, III e IV estão corretas.
- E. Todas estão I, II e IV estão corretas.

32. O Sistema Tributário Municipal é integrado pelos seguintes tributos:

I. Impostos sobre Propriedade Territorial Rural; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; Imposto sobre a Transmissão Inter vivos, por ato oneroso de Bens Imóveis.

II. Taxas decorrentes das atividades do poder de polícia do Município, tais como, taxa de Fiscalização e taxa de Vigilância Sanitária.

III. Taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados pelo Município, tais como a taxa de Coleta de Resíduos Sólidos.

IV - Contribuição de Melhoria.

Estão corretas somente as alternativas:

- A. I, II e III
- B. II, III e IV
- C. I, III e IV
- D. I, II e IV
- E. Todas as alternativas estão corretas.

33. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS é um tributo de competência do Município. Sobre ISS é possível afirmar, exceto:

- A. Incidência do imposto depende da denominação dada ao serviço prestado, bem como da existência de estabelecimento fixo.
- B. Tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Lista de Serviços ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- C. Incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação lá tenha se iniciado.
- D. Incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- E. Incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao prestador dos serviços, bem como do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação.

34. Com base no texto, “contém medidas de policia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos, institui normas disciplinares do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os Municípios, visando a disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem estar geral.”

Pode-se afirmar que é o conceito do:

- A. Código Sanitário do Município.
- B. Código Tributário do Município.
- C. Código Habitacional do Município.

- D. Código de Posturas do Município.
- E. Código Habitação e Moradia do Município.

35. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. São diretrizes gerais, dentre outras, da política urbana:

I. Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

II. Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

III. Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.

IV. Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Com base nas alternativas acima é correto afirmar:

- A. V, F, V, F
- B. V, V, V, F
- C. V, F, F, F
- D. F, V, V, V
- E. V, V, V, V

36. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Sobre Plano Diretor é possível afirmar que:

I. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

II. O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

III. O plano diretor deverá englobar o território do município como um todo.

IV. No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e; o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

- A. As alternativas I, II e III são verdadeiras.
- B. As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- C. Todas as alternativas são verdadeiras.
- D. As alternativas I, II e IV são verdadeiras.
- E. As alternativas I, III e IV são verdadeiras.

37. O Art. 23 da Constituição Federal concede à União, Estados, Municípios e o Distrito Federal competência comum pela qual os entes integrantes da federação atuam em cooperação administrativa recíproca, visando alcançar os objetivos descritos pela própria Constituição. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A. Promoção de programas para construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- B. Desapropriação.
- C. Diretrizes da política nacional de transporte.
- D. Normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- E. Defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional.

38. A Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

I. O proprietário será notificado pelo Poder Legislativo municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.

II. A notificação far-se-á por funcionário do órgão competente do Poder Público municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração.

III. Por edital, quando frustrada por três vezes, a tentativa de notificação por funcionário do órgão competente do Poder Público municipal.

IV. Os prazos não poderão ser inferiores 6(seis) meses, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão municipal competente ou; 1(um) ano, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

Com base nas alternativas acima é correto afirmar:

- A. I e III são verdadeiras.
- B. II e III são verdadeiras.
- C. I e II são verdadeiras.
- D. II e IV são verdadeiras.
- E. III e IV são verdadeiras.

39. Direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos, as condições materiais imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso, tendem a exigir do Estado intervenções na ordem social segundo critérios de justiça distributiva. São direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal:

- A. Educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, direito de petição.
- B. Educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à paternidade e a infância, a assistência aos desamparados.
- C. Educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, a infância e a adolescência, a assistência aos desamparados, direito de petição.
- D. Educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados.
- E. Educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, direito de herança.

40. São instrumentos da política urbana:

I. Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

II. Planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

III. Planejamento municipal, em especial, plano diretor, dentre outros.

IV. Institutos tributários, financeiros, jurídicos e políticos.

V. Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Com base nas alternativas acima é correto afirmar:

A. V, V, V, V, V

B. V, F, V, F, F

C. V, V, V, F, V

D. V, F, F, F, V

E. F, V, V, V, F